

Efeitos do Programa de Qualidade na Interação Familiar em Pais e Mães de Crianças Institucionalizadas: Intervindo nas Práticas Parentais

Thaís Cristina Gutstein Nazar¹

Tereza José Zamberlan²

Nathara Caroline Fernandes³

Leticia Stella Veronezi⁴

Resumo

Este estudo apresenta os efeitos de um programa de intervenção norteado pelo Programa de Qualidade e Interação Familiar (PQIF) e realizado com grupo de pais cujas crianças foram retiradas de seu convívio e se encontram em situação de acolhimento institucional. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é descrever os efeitos do PQIF em pais e mães de crianças institucionalizadas. O enfoque dos encontros foi de sensibilizar os pais sobre a necessidade de ampliação do repertório de práticas parentais adequadas à educação dos filhos. As famílias foram encaminhadas, por meio da Rede de Proteção de um município no Sudoeste do Paraná, a um serviço-escola na área de Psicologia. Inicialmente, sete famílias foram submetidas a uma entrevista para acolhimento e coleta de dados de pré-testes, e, posteriormente, foram inseridas em um grupo de intervenção, realizado na Casa Abrigo do município. Os instrumentos aplicados foram a Escala de Qualidade de Interação Familiar (EQIF) e as Escalas de Beck, compostas pelo Inventário de Depressão (BDI), pelo Inventário de Ansiedade (BAI), pelas Escalas de Desesperança (BHS) e pela Escala de Ideação Suicida (BSI). Os resultados demonstraram que os níveis de ansiedade, de depressão e de ideações suicidas diminuíram, com exceção da desesperança, visto que não houve qualquer alteração nessa escala. Enfatiza-se a partir da avaliação pré e pós-intervenção, indicando contribuições importantes do estudo para a pesquisa científica e para profissionais que trabalham com famílias.

Palavras-chave: família, crianças, comportamento

Effects of the Quality Program on Family Interaction with Parents of Institutionalized Children: Intervening in Parental Practices

Abstract

The study presents the effects of an intervention program carried out with a group of parents, whose children were removed from their coexistence and are in a situation of institutional care, the intervention was guided by the PQIF - Program for Quality and Family Interaction. The general objective of this work is to describe the effects of the Quality Program on Family Interaction with Parents of Institutionalized

¹ Psicóloga, Doutora em Educação (UFPR), Docente e orientadora do Programa de Iniciação Científica (PIC/PIBIC- UNIPAR).

² Graduanda, acadêmica do curso de Psicologia e participante do Programa de Iniciação Científica (UNIPAR).

³ Graduanda, acadêmica do curso de Psicologia e participante do Programa de Iniciação Científica (UNIPAR).

⁴ Graduanda, acadêmica do curso de Psicologia e participante do Programa de Iniciação Científica (UNIPAR).

Children. The focus of the meetings was to raise awareness among parents about the need to expand the repertoire of adequate parenting practices in their children's education. The families were referred through the Protection Network of a municipality in the Southwest of Paraná, to a school service in the area of Psychology. Initially, the families were submitted to an initial interview to receive and collect pre-test data and later inserted into an intervention group, held at Casa Abrigo in the municipality. Seven families participated and the instruments applied were the Family Interaction Quality Scale-EQIF and the Beck Scales, composed of the Depression Inventory (BDI), Anxiety Inventory (BAI), Despair Scales (BHS) and Suicide Ideation Scale (BSI). The results showed that the levels of anxiety, depression and suicidal thoughts decreased, with the exception of hopelessness, since there was no change in this scale. It is emphasized from the pre and post intervention assessment, indicating important contributions of the study to scientific research and to professionals who work with families.

Keywords: family, children, behavior

Introdução

A interação familiar é um desafio diário no contexto das famílias, e as práticas parentais herdadas dos pais podem se constituir em comportamentos adequados ou inadequados para uma efetiva educação dos filhos. As práticas adequadas devem contemplar, ao mesmo tempo, regras e limites, mas, acima de tudo, muito afeto e compreensão (Weber et al., 2018). Diante disso, intervir com pais de crianças em situação de acolhimento deve fazer parte das intervenções psicossociais ou do contexto da clínica ampliada, que visam ao bem-estar das crianças e à saúde mental dos pais na condução das atividades cotidianas. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Artigo 17, “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (Brasil, 2003, p.18). No entanto, existem circunstâncias em que o ambiente domiciliar, que deveria ser um espaço de acolhimento e de proteção, é um ambiente hostil, de violência e/ou maus tratos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, são considerados maus-tratos qualquer tipo de abuso praticado contra crianças e adolescentes, tais como o abuso sexual, a violência física e/ou emocional, o abandono ou trato negligente, a exploração comercial ou outros tipos, que se caracterizem como violação de direitos (Brino et al., 2011). A proteção aos maus-tratos contida no ECA estabelece que as crianças têm direito a serem educadas e cuidadas sem utilização de castigos físicos ou tratamento cruel como formas de educação, de correção ou de disciplina (Brasil, 2014). Apesar das orientações legais, ainda se observa famílias que se utilizam de tais práticas consideradas como violação de direitos. Diante disso, estão previstas em leis encaminhamentos que, de acordo com a gravidade do caso, são: “I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; V – advertência” (Brasil, 2014, p. 1).

Nesse contexto, a punição aos pais pode ser ampliada se todas as medidas já adotadas não foram efetivas na tentativa de garantir os direitos preconizados. A partir de então, o poder judiciário normalmente destitui o pátrio poder, conduzindo as crianças ou os adolescentes à institucionalização, conforme determinação do ECA (Brasil, 2014). Quando isso acontece, algumas dessas famílias se dão conta de que suas práticas estão inadequadas e aceitam participar de ações educativas, as quais podem contribuir para mudanças e, em situações específicas, restabelecer a guarda dos filhos, propiciando melhor interação familiar de modo geral. Em outros casos, mesmo com a destituição do poder familiar, ocorrem dificuldades na discriminação da função familiar protetiva, podendo manter-se o afastamento entre pais e filhos para sempre.

Segundo Weber (2012), entende-se que a qualidade na interação familiar acontece a partir de práticas educativas positivas que contribuem no desenvolvimento adequado dos filhos. Para gerar essas práticas, é importante conhecer e refletir sobre os princípios do comportamento, as fases do desenvolvimento, o autoconhecimento dos pais (valores, regras), a comunicação positiva, o investimento parental, a utilização de consequências positivas, substituindo práticas coercitivas/punitivas, além de ser modelo moral e estabelecer regras e limites, educando, portanto, para a autonomia.

As práticas parentais adequadas são compreendidas por meio da responsividade, da participação e do envolvimento no desenvolvimento dos filhos, do afeto, do amor e do diálogo. Ademais, é necessário o uso da exigência para estabelecer limites e regras de forma clara e consistente. Para educar, é preciso investir tempo, exigir sem ser coercitivo e demonstrar afeto aos filhos por quem eles são e não por seus comportamentos.

No entanto, a família, que deve ser fator de proteção, em alguns casos, tem se mostrado como fator de risco, negligenciando a sua responsabilidade e deixando ao encargo de terceiros o cuidado com os filhos. É possível afirmar que nenhum outro fator de risco tem uma associação mais forte com a psicopatologia do desenvolvimento do que uma criança maltratada, ou seja, o abuso e a negligência causam efeitos profundamente negativos no curso de vida da criança (Maia & Williams, 2005, p. 91). No que diz respeito aos fatores de proteção, entende-se que o relacionamento adequado dos pais com as crianças, o método adequado de disciplina, a comunicação de valores, o estabelecimento de regras e limites e a demonstração de afeto conduzem as crianças ao desenvolvimento dentro dos padrões de normalidade (Maia et al., 2005).

No contexto da orientação aos pais, há diferentes modelos de tratamento e de intervenção que possibilitam o seu treinamento no enfrentamento de problemas relacionados ao comportamento infantil indesejado. Os programas de orientação têm se mostrado efetivos na produção de mudanças positivas no comportamento das crianças, bem como na interação e no envolvimento entre pais e filhos (Weber et al., 2006a, 2011; Caminha, 2011; Caminha et al., 2011; Costa et al., 2011; Wainer & Wainer, 2011; Pazzeto & Salvador, 2018; Cruz, 2019).

Desde 2005, o Programa de Qualidade na Interação Familiar (PQIF) vem sendo aplicado com inúmeros pais, em diversas cidades. Esse programa, segundo Weber et al., (2018), auxilia na vida familiar e nas suas interações positivas por meio do autoconhecimento dos pais, do conhecimento sobre os estilos de interação familiar, do manejo positivo das práticas parentais, assim como da

prevenção e da promoção de saúde mental no contexto familiar. Conforme um estudo realizado por Weber et al., (2006), os participantes da aplicação do PQIF adquiriram comportamentos de interesse, de envolvimento, de afeto e diminuíram muito o uso da punição física que estava muito presente em suas infâncias. Além disso, sinalizam que essas mudanças constituem uma quebra do ciclo intergeracional.

Cruz (2019) afirma que a intervenção parental deve ir além do repasse de informação e englobar pai/mãe como seres humanos, auxiliando-os com seus sentimentos e com o desenvolvimento dos papéis parentais. A fim de contribuir com essa demanda, a referida autora realizou a adaptação do PQIF (Weber et al., 2018) para famílias com filhos com Transtorno do Espectro Autista, evidenciando resultados positivos com validade social, oportunizando cuidado e acolhimento às mães. Os estudos empíricos com programas parentais brasileiros compartilham vários atributos das pesquisas internacionais como o uso de técnicas comportamentais, estratégias de intervenção e uso de instrumentos padronizados. No entanto, um ponto de divergência refere-se ao fato das pesquisas internacionais investirem em metodologia com delineamento experimental, possibilitando o aumento da validade científica dos fenômenos estudados (Cassoni, 2013).

No Brasil, existem alguns poucos estudos que buscaram aplicar a metodologia de orientação a pais em grupo àqueles cujas crianças estavam em situação de acolhimento institucional. A partir dos estudos que investigaram as interações familiares e a influência dessas no desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como o potencial de transformação ao intervir sobre essa variável (Weber et al., 2006; Pazzeto & Toni, 2018; Cruz, 2019), o presente estudo justifica-se. Entende-se que a investigação, sobretudo aplicada, encontra reverberação na possibilidade de multiplicação do cuidado e fatores protetivos que permeiam o contexto familiar mesmo em famílias cujos filhos encontram-se em situações de acolhimento.

Conforme o ECA (Brasil, 2014) prevê em seu art. 98, o acolhimento institucional ocorre como medida de proteção aplicável sempre que crianças e adolescentes tiverem seus direitos ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou Estado, ou, ainda, por falta, ameaça, abuso dos pais/responsáveis ou devido à sua conduta. Os pais analisados nesta pesquisa estavam com os filhos sob a guarda do Estado, e a aplicação do PQIF demonstrou a importância da intervenção com esses sujeitos, já que precisam de muito auxílio para o desenvolvimento de práticas parentais adequadas. Com isso, o objetivo de presente estudo é descrever os efeitos do protocolo PQIF (Weber et al., 2018) sobre variáveis de saúde mental dos pais e mães participantes, assim como avaliar a qualidade na interação familiar antes e após o programa de intervenções.

Método

Este é um estudo descritivo quase experimental. De acordo com Cozby (2003), a importância desse tipo de delineamento é a avaliação de programas especificamente para atingir algum efeito positivo sobre um grupo de indivíduos. A amostra foi selecionada por conveniência, ou seja, o programa de intervenção foi aplicado aos pais que tinham filhos em situação de acolhimento institucional.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Paranaense (UNIPAR), conforme o parecer 3.146.331 e no Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 93703418.4.0000.0109, pautando-se nos princípios e normas estabelecidas pela Resolução 466/2012.

Participantes

O Estudo contou inicialmente com 11 famílias encaminhadas por meio da Rede de Proteção de um Município do Sudoeste do Paraná, para um serviço-escola de uma universidade privada na região. Dessas, sete famílias participaram das atividades até a conclusão, sendo dois participantes do gênero masculino e cinco do gênero feminino. Com relação à idade dos participantes, identificou-se que 71,5% (n=5) tinham entre 20 e 40 anos e 28,6% (n=6) entre 41 e 60 anos. Destaca-se que apenas um membro de cada família com criança acolhida participou. Os critérios de inclusão foram o aceite em participar dos encontros, ser maior de 18 anos e ter ao menos uma criança em situação de acolhimento institucional. Foram excluídos do estudo participantes que não concluíram a proposta de intervenção.

Instrumentos

Todas as famílias foram submetidas às entrevistas iniciais para explicação da proposta interventiva, para conhecimento das demandas e para aplicação dos seguintes instrumentos:

a) Escala de Qualidade de Interação Familiar - EQIF - (Weber et al, 2009), que verifica aspectos de interação familiar por meio do relato dos pais que respondem separadamente sobre a interação com seus filhos. São 40 questões em sistema Likert de cinco pontos (nunca, quase nunca, às vezes, quase sempre, sempre), agrupadas em nove escalas. Seis delas abordam aspectos da interação familiares considerados “positivos”: envolvimento, regras e monitoria, comunicação positiva dos filhos, clima conjugal positivo, modelo parental, sentimento dos filhos. As outras três referem-se a aspectos considerados “negativos”: comunicação negativa, punição corporal, clima conjugal negativo. A divisão entre escalas “positivas” e “negativas” decorre dos resultados apresentados pela literatura da área. Aspectos familiares positivos vêm sendo relacionados ao melhor desempenho dos filhos em diversas áreas, menos problemas comportamentais, menor envolvimento com álcool e drogas etc.; o contrário tem sido encontrado para os aspectos familiares negativos. A partir disso, considera-se que a predominância de aspectos positivos e de baixo índice de aspectos negativos nas interações entre pais e filhos e entre casal qualifica famílias protetivas. Quando aspectos negativos prevalecem em detrimento dos positivos, a família qualifica-se como de risco para o desenvolvimento dos filhos;

b) Escalas de Beck (Cunha, 2007): as Escalas Beck são compostas pelo Inventário de Depressão (BDI), pelo Inventário de Ansiedade (BAI), pela Escala de Desesperança (BHS) e pela Escala de Ideação Suicida (BSI). O BAI foi proposto por Beck para medir os sintomas comuns de ansiedade. É composto de uma lista de 21 sintomas e com quatro alternativas cada um, em ordem crescente do nível de ansiedade. O respondente opta por aquela que lhe parecer mais apropriada. O inventário é autoaplicável e a soma dos escores identifica o nível de ansiedade. Esse instrumento foi validado no Brasil, com a seguinte classificação: zero a 10 – Mínimo; 11 a 19 – Leve; 20 a 30 – Moderado e 31 a 63 – Grave (Cunha, 2007). O BDI foi proposto por Beck por ser uma forma objetiva de medir as

manifestações comportamentais da depressão. O inventário utilizado compreende 21 categorias de sintomas e atividades, com quatro alternativas cada um, em ordem crescente do nível de depressão. O respondente escolhe a que lhe parecer mais apropriada. O BDI é autoaplicável e a soma dos escores identifica o nível de depressão. Esse instrumento foi validado no Brasil com a seguinte classificação: zero a 11 - Mínimo; 12 a 19 - Leve; 20 a 35 - Moderado e 36 a 63 - Grave (Cunha, 2007). A BHS é uma escala dicotômica proposta por Beck, que engloba 20 itens, em forma de afirmações, as quais envolvem cognições sobre desesperança. O respondente deve concordar ou discordar da afirmação, permitindo-se avaliar a extensão das expectativas negativas que o paciente tem com respeito ao futuro imediato e remoto. A soma dos escores identifica o nível de desesperança. Os escores variam de 0 a 20. Esse instrumento foi validado no Brasil com a seguinte classificação: zero a 4 - Mínimo; 5 a 8 - Leve; 9 a 13 - Moderado e 14 a 20 - Grave (Cunha, 2007).

Os instrumentos *a* e *b* foram aplicados em dois momentos, no pré-teste (antes do primeiro encontro do programa de intervenção) e no pós-teste (após o término do programa de intervenção), sendo direcionado aos participantes que concluíram os encontros.

Local

A avaliação pré-teste foi aplicada em um serviço-escola de uma universidade localizada no interior do Paraná. Por sua vez, o programa de intervenção e o pós-teste foram realizados na instituição de acolhimento do mesmo município onde as crianças estavam acolhidas.

Procedimentos

O PQIF (Weber et al., 2018) é uma proposta vivencial e organizado em oito encontros, que aconteceram com periodicidade semanal, de duas horas cada, sendo trabalhados os seguintes temas visualizados no Quadro 1:

Quadro 1

Temáticas trabalhadas no PQIF com os familiares com crianças e/ou adolescentes em situação de acolhimento

ENCONTROS	TEMAS
01	Vida familiar e aprendizagem de comportamentos
02	Regras e Valores
03	Manejo de Comportamentos desejados
04	Manejo de comportamentos indesejados
05	Vínculo afetivo e desenvolvimento

06	Voltando no tempo
07	Autoconhecimento e Modelo
08	Revisão e encerramento

Fonte: Adaptado de Weber, Brandenburg & Salvador (2018).

Análise de Dados

A análise aconteceu em duas etapas no decorrer do programa de intervenção, do pré-teste (antes do início) e do pós-teste (após o término), partindo de uma análise quantitativa dos dados, que ocorreu a partir das respostas dos participantes aos instrumentos. Nas duas etapas, buscou-se analisar os resultados por meio de estatísticas descritivas realizadas no *software* SPSS, organizando-se, para tanto, tabelas que sinalizam os resultados obtidos com os instrumentos aplicados.

Resultados

Qualidade na Interação Familiar

A análise quantitativa aconteceu a partir das respostas dos pais sobre o instrumento EQIF (Weber et. al, 2009) e seus resultados podem ser visualizados nas tabelas a seguir. A Tabela 1 aponta para os escores sobre os Aspectos Positivos referentes à Qualidade na Interação Familiar.

Tabela 1

Escala de Qualidade na Interação Familiar Aspectos Positivos

Escore	Pré-Teste		Pós-Teste	
	Frequência	Porcentual	Frequência	Porcentual
94 a 129	6	85,7	5	71,4
130 ou mais	1	14,3	2	28,6
TOTAL	7	100,0	7	100,0

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Na tabela 1, é possível observar aspectos positivos quanto às práticas parentais. Os aspectos positivos referem-se ao envolvimento, às regras e monitoria, à comunicação positiva dos filhos, ao clima conjugal positivo, ao modelo positivo e aos sentimentos dos filhos. Percebe-se que, a partir dos dados

coletados, no pré-teste, 85% dos participantes já estavam dentro do que é denominado como qualidade positiva para esse instrumento, enquanto 14% estavam acima do esperado. Porém, no pós-teste, após a intervenção, 28% dos membros do grupo já estavam acima da média exposta pela escala.

Não foram observadas mudanças em relação ao pré e ao pós-teste sobre Aspectos Negativos referentes à Qualidade na Interação Familiar. Os aspectos negativos referem-se à comunicação negativa, à punição corporal e ao clima conjugal negativo. Verificou-se que 100% dos participantes ficaram dentro do que é apontado como média tanto no pré-teste quanto no pós-teste.

Depressão, Desesperança, Ansiedade e Ideação Suicida

No que refere aos aspectos da saúde mental dos participantes, a Tabela 2 apresenta dados sobre escore e classificação relacionados à Depressão antes e após o término do programa.

Tabela 2

Inventário de Depressão Pré-Teste e Pós-Teste

Escore/Classificação	Pré-Teste		Pós-Teste	
	Frequência	Porcentual	Frequência	Porcentual
Mínimo 0 a 11	4	57,1	5	71,4
Leve 12 a 19	-	-	1	14,3
Moderado 20 a 35	1	14,3	1	14,3
Grave 36 a 63	2	28,6	-	-
TOTAL	7	100	7	100

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A partir dos dados coletados os resultados sinalizaram que, inicialmente, 42,9% (n=3) dos participantes apresentaram índices moderados e graves nas escalas que avaliaram a depressão. Ao analisar dados de pós-teste, identificou-se que, para as escalas de depressão, os níveis reduziram para 14,3% (n=1).

No que se refere à desesperança, os resultados se mantiveram no pré e no pós-teste, haja vista que 85% dos participantes obtiveram um resultado mínimo, entre 0 e 4, significando que as atitudes acerca do futuro tiveram um valor baixo. Apenas um dos participantes obteve um resultado leve, entre 5 a 8.

A Tabela 3, a seguir, apresenta dados sobre escore e classificação relacionados à Ansiedade antes e após o término do programa.

Tabela 3

Inventário de Ansiedade Pré-Teste e Pós-Teste

Escore/Classificação	Pré-Teste		Pós-Teste	
	Frequência	Porcentual	Frequência	Porcentual
Mínimo 0 a 10	1	13,3	3	42,9
Leve 11 a 19	3	42,9	3	42,9
Moderado 20 a 30	1	14,3	1	14,3
Grave 31 a 63	2	28,6	-	-
TOTAL	7	100	7	100

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Na tabela, os resultados mais relevantes no pré-teste indicaram que, inicialmente, 42,9% (n=3) sinalizaram níveis de Ansiedade. Ao finalizar o programa e se analisar dados de pós-teste, identificou-se que os níveis de ansiedade foram reduzidos para 14,3% (n=1).

A Tabela 4 apresenta dados de sobre escore e classificação relacionados à Ideação suicida antes e após o término do programa.

Tabela 4

Escala de Ideação Suicida Pré-Teste e Pós-Teste

Escore/Classificação	Pré-Teste		Pós-Teste	
	Frequência	Porcentual	Frequência	Porcentual
- A presença de ideações suicidas	1	14,3	-	-
- Não há presença de ideações suicidas	6	85,7	7	100
TOTAL	7	100	7	100

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Inicialmente, no pré-teste, apenas 14,3% (n=1) dos participantes apresentaram níveis elevados de ideação suicida. Ao final do programa, com a aplicação do pós-teste, foi possível perceber que os níveis de ideação suicida reduziram, ou seja, não foram evidenciadas ideações suicidas nesse momento.

De modo geral, com relação à saúde mental, os resultados mais relevantes apontaram que, inicialmente, 42,9% (n=3) dos participantes apresentaram índices moderados e graves nas escalas que avaliaram a depressão e a ansiedade, e 14,3% (n=1) dos participantes apresentaram níveis elevados de ideação suicida. Ao analisar dados de pós-teste, verificou-se que, tanto para as escalas de depressão quanto de ansiedade, os níveis reduziram-se para 14,3% (n=1), não sendo evidenciadas

ideações suicidas para o pós-teste. Além disso, não foram observados níveis considerados moderados e graves para a escala que avalia a desesperança.

Discussão

De acordo com Schavarem e Toni (2019), possibilidades de construção de orientações específicas para pais sinalizam possibilidades de intervenções mais focadas, com baixo custo e maior probabilidade de atender a demandas específicas, como a construção e o fortalecimento da autoestima da criança.

Mesmo que tenha havido uma melhora nos resultados pós-teste ou pós-intervenção, trata-se de resultado interessante, posto que esses familiares estavam sem suas crianças, as quais estavam abrigadas. Uma hipótese para esse resultado é a questão dos participantes terem conhecimento sobre práticas socialmente aceitáveis, porém, no dia a dia não as utilizam. Outra possibilidade é referente ao instrumento de autorrelato que limita a observação da mudança de comportamentos, haja vista que se parte da análise de que os resultados analisados quantitativamente, deixando-se de identificar os processos envolvidos e como ocorrem de fatos tais mudanças. Ainda, a questão de ter filhos acolhidos e após algum tempo estar inserindo-se no grupo pode oportunizar a aprendizagem de comportamentos mais funcionais aos pais. De acordo com Vila (2019), sabe-se que medidas de autorrelato estão sujeitas a vieses por diversos fatores, por se tratarem de medidas de topografia de comportamento, que nem sempre correspondem aos comportamentos das mães no ambiente natural. Ressalta-se que, em programas de intervenção de cunho analítico-comportamental, medidas de observação direta podem ser úteis para uma avaliação multimodal das variáveis envolvidas (inclusão de diferentes modalidades para avaliar comportamentos) em diferentes fases pesquisa.

Trabalhar com grupos de orientação a pais de crianças em situação de acolhimento não parece ser comum. Apesar do trabalho com grupos de familiares ter sido apontado como uma intervenção de baixo custo e elevado potencial na clínica infantil (Caminha, 2011; Caminha et al. 2011a; Costa et al., 2011; Tozze & Bolsoni-Silva, 2017; Weber, 2018; Pazzetto & Toni, 2018), notam-se poucas intervenções voltadas a este objetivo.

Nesse contexto, o presente artigo teve como objetivo apresentar os resultados de um grupo de orientação a pais de crianças com problemas de comportamento e dificuldades escolares. Todos os pais foram recrutados em uma clínica-escola, enquanto aguardavam na fila de espera para atendimento psicoterápico de seus filhos.

É inegável a importância do papel dos pais/cuidadores na educação, na socialização e na formação dos filhos, independente dos modos de configuração familiar (Coelho & Murta, 2007). A condução de pesquisas de avaliação, intervenção ou prevenção configura uma alternativa viável para o aperfeiçoamento das práticas parentais adotadas pelos pais no processo educativo de seus filhos (Bolsoni-Silva et al., 2014). Nesse âmbito, a orientação familiar com pais que tiveram as crianças acolhidas e estavam se preparando para um possível retorno para casa é extremamente importante para a instalação de práticas parentais positivas. O foco do presente estudo gira em torno da ampliação do repertório de dos comportamentos parentais, já que são os pais aqueles que dispõem de maior

controle de reforçadores, e são eles que precisam aprender e modificar a forma de aplicá-los para corrigir comportamentos inadequados de seus filhos. Outro aspecto importante foi problematizar de que forma os modelos de parentalidade (e relacionais, de maneira mais ampla) influenciam as práticas parentais e o relacionamento parental.

Ao somar os escores da escala positiva no teste de EQIF, 85% responderam dentro dos padrões de qualidade positiva, sendo 14% acima do esperado. Quando analisados os dados dos pós-teste realizado após os encontros, 28% ficaram acima da média indicada na tabela, destacando que, na avaliação de práticas negativas, 100% pontuaram dentro do apontado como média, tanto no pré quanto no pós-teste. A partir desses resultados, caracteriza-se um lar protetivo para as crianças, de acordo com Weber et al., (2018), já que os aspectos negativos e positivos estavam dentro do que era esperado pela escala. À medida que os encontros de intervenções foram acontecendo, foi possível observar o envolvimento e a demonstração de que se acentuava nos participantes o desejo de ter novamente a guarda dos filhos institucionalizados, com vistas a proporcionar novas formas de convivência, com práticas parentais assertivas. A avaliação de práticas educativas adotadas por pais, enfatizando a identificação dos fatores de risco ou de proteção para o desenvolvimento dos filhos, propicia ferramentas para pais, educadores e outros profissionais interessados no desenvolvimento infanto-juvenil saudável (Weber et al., 2006).

Nesse processo de ampliação de repertórios comportamentais quanto a práticas parentais positivas, encontraram-se diversas dificuldades, tais como as citadas na literatura. Conforme Favero et al., (2008), entre as dificuldades encontradas estão as condições extremas de pobreza, os comportamentos adquiridos de geração em geração, conflitos familiares, a baixa perspectiva de mudança, condições precárias de saúde, dependência de drogas ou álcool, entre outros aspectos.

A saúde mental das mães pode constituir fator de risco ou de proteção para o desenvolvimento infantil, com evidências empíricas de que programas parentais produzem efeitos positivos diretos em suas práticas parentais e indiretos na saúde mental das genitoras, como depressão e estresse parental (Webster-Stratton, 2012). Quando analisados os resultados dos pré e pós-teste das escalas de Beck (Cunha, 2007), foi possível observar que, dos sete participantes, apenas dois apresentaram no pré-teste níveis de depressão e ansiedade. Entre eles, um demonstrou elevado nível de ideação suicida no pré-teste, que não se confirmou no pós-teste, mas se optou por encaminhar o participante para atendimento psicoterapêutico no serviço-escola da Universidade. Quando analisados os efeitos da depressão, da desesperança, da ansiedade e da ideação suicida, os resultados mais relevantes apontaram que, inicialmente, 42,9% (n=3) dos participantes apresentaram índices moderados e graves nas escalas que avaliaram depressão e ansiedade, e 14,3% (n=1) demonstraram níveis elevados de ideação suicida. Ao analisar dados do pós-teste, identificou-se que, tanto para as escalas de depressão quanto ansiedade, os níveis foram reduzidos para 14,3% (n=1) e não foram evidenciadas ideações suicidas para o pós-teste. Na escala de desesperança não foram observados níveis considerados moderados e graves. Esses dados denotam a efetividade do programa na melhora da saúde mental dos pais. Estudos correlatos apontam que o PQIF apresenta resultados importantes no que diz respeito ao comportamento dos pais na condução da educação, produzindo reflexões que levam a uma prática

educativa de respeito com reforços positivos, sem controle coercitivo conforme (Weber et al., 2006; Pazzeto & Salvador, 2018; Vila, 2019).

Ao decorrer dos encontros, diversas reflexões e vivências foram realizadas, as quais contribuíram para a ampliação do repertório de práticas educativas positivas, conscientizando os participantes sobre a importância do investimento de tempo para educar, de se estabelecer regras e limites, mas se utilizando sempre do afeto, o que torna a exigência mais aceita pela criança. Os pais participantes relataram que é possível escutar os filhos, reforçar comportamentos adequados, inserir mais afeto na convivência, substituir a punição física pelo diálogo, ouvir e empatizar com os filhos, reservar um tempo para alguma atividade prazerosa, entre outros exemplos, ou seja, aumento das práticas positivas por meio da mudança de alguns comportamentos. Segundo Weber (2012), para uma boa educação, é necessário o equilíbrio entre a exigência (limites e regras) e a responsividade (afeto e envolvimento). Para isso, é relevante a compreensão do processo de aprendizagem de comportamentos, a importância de validar comportamentos adequados e os esforços realizados, o amor incondicional e os seus efeitos. As práticas positivas que envolvem afeto e limites influenciam diretamente no desenvolvimento para a autonomia, para a assertividade, para as habilidades sociais, para a autoconfiança, para menores índices de estresse, de ansiedade e de depressão, para melhores desempenhos escolares, para o comportamento desviante reduzido, entre outras contingências reforçadoras.

Há necessidade de elaboração de intervenções, de pesquisas e/ou de serviços de intervenção que usem procedimentos baseados em práticas psicológicas com evidências empíricas de efetividade, a fim de que os resultados obtidos sejam viáveis, replicáveis e se mantenham ao longo do tempo (Leonardi & Meyer, 2015). A intervenção realizada proporcionou aos participantes o entendimento de que as mudanças de comportamento na relação familiar são possíveis e viáveis para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, destacando que os pais são os modelos e, portanto, as práticas parentais assertivas devem partir deles (Weber et al., 2018). Não foram encontrados estudos correlatos à amostra desta pesquisa.

Reitera-se a necessidade de contribuir para a aprendizagem de comportamentos alternativos à punição. A punição pode produzir a paz que pais desesperados necessitam – à custa dos inevitáveis efeitos colaterais -, mas não oferece à criança qualquer caminho alternativo de ação e nenhum caminho para se adaptar construtivamente. Proporcionar uma diversão no lugar de uma punição faria a criança interagir alegre e produtivamente. Em vez de repreender ou isolar uma criança chorosa, muitas vezes, pode-se parar o choro com a apresentação de um brinquedo. Os pais que reagem não com a punição, mas oferecem às suas crianças oportunidades para o recebimento de reforçadores positivos, deparam-se com crianças autoconfiantes e competentes. As famílias que praticam o reforço positivo desfrutam de um benefício adicional: raramente surgem motivos para punição (Sidman, 2003, p. 251).

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi descrever os efeitos do protocolo PQIF sobre variáveis de saúde mental dos pais e mães participantes, assim como avaliar a qualidade na interação familiar antes e após o programa de intervenções. Esta investigação constou de um esforço relacionado à aplicação de um

programa de intervenção parental em grupo conduzido por meio de delineamento quase experimental. Entende-se que a realização das intervenções com familiares auxiliou no desenvolvimento de práticas educativas responsivas, por meio de reflexões sobre o tema, enfatizando a importância do afeto, e da consistência das regras e limites, bem como auxiliou no contexto da saúde mental dos participantes, embora não tenha sido objetivo principal do estudo.

Notaram-se resultados mais relevantes para variáveis de saúde mental (ansiedade, depressão, ideação suicida) e algumas referentes às escalas positivas da qualidade na interação familiar. A presente pesquisa apresentou recortes que interferem na possibilidade de generalização dos dados. Destacam-se a limitação sobre o acolhimento das crianças que impediriam a aplicação do conteúdo aprendido e vivenciado durante os encontros, o número pequeno de participantes, bem como a utilização apenas do método quantitativo. Todas essas variáveis podem ser retomadas em estudos futuros, ofertando o PQIF para pais de crianças em acolhimento de outras instituições, ampliando o número de participantes, utilizando outros instrumentos para coleta de dados e/ou trabalhando-se a partir de métodos mistos. Ainda, a utilização de outros informantes, como equipe de profissionais que acompanha tais famílias, pode contribuir para compreender de forma mais acurada as relações observadas e o acompanhamento das tratativas finais sobre os casos atendidos. Também, foi possível observar a determinação e interesse dos pais para reaver a guarda dos filhos, porém, esse dado não foi analisado, tendo em vista o encerramento do programa e a não programação de coleta de dados por outras fontes para conhecimento sobre o futuro das crianças, e famílias participantes do estudo.

Mesmo com esses apontamentos, os resultados deste estudo apontam possibilidades de construção de orientações específicas a pais, as quais podem ser aplicadas em serviços de atendimento a famílias. Além disso, sinalizam possibilidades de intervenções mais focadas, com baixo custo e maior probabilidade de atender a demandas específicas, com a possibilidade de socialização e de aprendizagens em grupo pelas famílias. Sabe-se que nem todas as famílias se beneficiaram/beneficiarão dessa modalidade de intervenções, contudo, as evidências sinalizam bons dados para melhorias no contexto de saúde mental dessas famílias, sabendo da sua relevância para o bom desenvolvimento de crianças e adolescentes. Diante disso, é importante que novas pesquisas relacionadas ao tema continuem sendo realizadas, tendo em vista que permitirão o desenvolvimento de intervenções focadas nessas variáveis. Diante disso, o trabalho em grupo contribuiu para troca de experiências e de fortalecimento de vínculos entre pais que estavam vivendo contingências semelhantes por terem os filhos acolhidos em lar institucional.

Referências

- Bolsoni-Silva, A. T., Loureiro, S. R., & Marturano, E. M. (2014). *Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais (RE-HSE-P)*. (Manual Técnico). Vetor.
- Brasil (2003). Ministério da Saúde. *Estatuto da criança e do adolescente* (2ª ed.). Brasília.
- Brasil (2014). Lei n.13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de

- serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de Tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: *Diário Oficial da União*.
- Brino, R. F., Giusto, R. O., Bannwart, T. H., Ormeno, G. R., Brancalhone, P. G., & Williams, L. C. A. (2011). *Combatendo e prevenindo os abusos e/ou maus-tratos contra crianças e adolescentes: o papel da escola* (1ª ed.). Dos Autores.
- Caminha, M. G. (2011). Treinamento de pai: Fundamentos teóricos. In M. G. Caminha, & R. M. Caminha (Org.), *Intervenções e treinamento de pais na clínica infantil* (pp. 89-120). Sinopsys.
- Caminha, M. G., Almeida, F. F., & Scherer, L. P. (2011a). Treinamento de pai: Fundamentos teóricos. In M. G. Caminha, & R. M. Caminha (Org.), *Intervenções e treinamento de pais na clínica infantil* (pp. 13-30). Sinopsys.
- Cassoni, C. (2013). *Estilos parentais e práticas educativas parentais: Revisão sistemática e crítica da literatura*. Tese de Doutorado. Doutorado em Psicologia. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Cassiano, M. (2014). *Investigação de um programa cognitivo-comportamental de orientação de pais no contexto de promoção de saúde*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Psicologia. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo.
- Coelho, M. V., & Murta, S. G. (2007). Treinamento de pais em grupo: Um relato de experiência. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24(3), 333-341.
- Cosby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. Editora Atlas.
- Costa, F. S., Rodrigues, M. P., Bizarro, L., & Friedman, R. (2011). Treinamento de pais na obesidade infantil. In M. G. Caminha, & R. M. Caminha (Org.), *Intervenções e treinamento de pais na clínica infantil* (pp. 191-206). Sinopsys.
- Cunha, J. A. (2007). *Manual da versão em português das Escalas Beck* (19ª ed.). Pearson Clínica Brasil.
- Cruz, A. C. B. (2019). *Adaptação do Programa de Qualidade na Interação Familiar para famílias com filhos com transtorno do espectro autista*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.
- Fávero, E. T., Vitale, M.A.F., & Baptista, M.V. (orgs.) (2008). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: Quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. Paulus.
- Leonardi, J. L., & Meyer, S. B. (2015). Prática baseada em evidências em psicologia e a história da busca pelas provas empíricas da eficácia das psicoterapias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1139-1156.
- Maia, J. M. D., Williams, L. C. de A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: Uma revisão da área. *Temas psicol.*, 13(2), 93-103.
- Pazzetto, T. & Toni, C. G. S. (2018). Práticas educativas parentais e comportamentos de saúde e risco na adolescência: Um modelo preditivo. *Pluralidades em Saúde Mental*, 7(2), 69-86.
- Schavarem, L.N., & Toni, C. G. de S. (2019). A relação entre as práticas educativas parentais e a autoestima da criança. *Pensando Famílias*, 23(2), 147-161. Retirado em 11/12/ 2020 de SciELO (Scientific Electronic Library Online:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200012&lng=pt&tng=pt.

- Sidman, M. (2003). *Coerção e suas implicações* (M. A. Anderry, & M. T. Sério, trad.). Ed. Livro Pleno. (Original publicado em 1989)
- Tozze, K. F., & Bolsoni-Silva, A. T. (2017). Intervenções em grupo com pais de adolescentes com problemas de comportamento internalizante. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(4), 6-24. Doi: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i4.1091>
- Vila, E. M. (2019). *Efeitos de um programa parental em grupo para mães de crianças com problemas de comportamento: um estudo experimental*. Tese de Doutorado. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.
- Wainer, R. & Wainer, G. (2006). Treinamento de pais para o transtorno de conduta e o transtorno desafiador de oposição. In M. G. Caminha, & R. M. Caminha (Orgs.), *Intervenções e treinamento de pais na clínica infantil* (pp. 207-240). Sinopsys.
- Weber, L. N. D., Brandenburg, O. J., Salvador, A. P. V. (2006a). Programa de qualidade na interação familiar (PQIF): Orientação e treinamento para pais. *PSICO*, 37(2), 139-149.
- Weber, L. N. D., Brandenburg, O. J., Salvador, A. P. V. (2006b). Medindo e promovendo qualidade na interação familiar. In H. Guilhardi & N. Aguirre (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (pp. 25-40). Esetec.
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: Transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407-414. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300011>
- Weber, L. N. D., Salvador, A. P. V. & Brandenburg, O. J. (2009). Escalas de qualidade na interação familiar–EQIF. In L. N. D. Weber & M. A. Dessen (Orgs.), *Pesquisando a família: Instrumentos para coleta e análise de dados* (pp.57-68). Juruá.
- Weber, L., Salvador, A. P. V., & Brandenburg, O. J. (2011). *Programa de qualidade na interação familiar: manual para aplicadores* (2ª ed). Juruá.
- Weber, L. N. D. (2012). *Eduque com carinho: Equilíbrio entre amor e limites* (4ª ed.). Juruá.
- Weber, L. N. D., Brandenburg, O. J., Salvador, A. P. V. (2018). *Programa de qualidade na interação familiar: Manual para facilitadores* (3ª ed.). Juruá.
- Webster-Stratton, C. (2012). *The Incredible years parents, teachers, and children's training series: Program content, methods, research and dissemination 1980-2011*. Incredible Years

Endereço para correspondência

thaiscg@prof.unipar.br

Enviado em 19/12/2019

1ª revisão em 10/12/2020

Aceito em 17/12/2020